



TEOLOGIA DO DOMÍNIO E O APAGAMENTO CULTURAL NEGRO: Perspectivas Críticas e Resistências na Teologia Negra e Decolonial

Carolina Gasbarro de Paula¹, Antonio Izael Rodrigues Santos², Tamara Bonfim da Conceição Buri³, Euler Lopo Romero⁴



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p7371-7391>

Artigo recebido em 19 de Setembro e publicado em 19 de Novembro de 2025

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a Teologia do Domínio e suas implicações no apagamento cultural negro, com foco no contexto brasileiro. Analisa-se a gênese histórica e a consolidação do dominionismo, suas principais vertentes, como o Mandato dos Sete Montes e o Christian Reconstructionism, e seu alinhamento a agendas políticas conservadoras. Discute-se o impacto dessas correntes na marginalização e substituição de práticas culturais afro-brasileiras, destacando-se os desdobramentos psicológicos e sociais desse processo. Em contraponto, exploram-se a Teologia Negra e a teologia decolonial como formas de resistência e reafirmação cultural, baseadas no reconhecimento da experiência histórica afrodiaspórica e na valorização da diversidade como expressão da fé cristã. A pesquisa, fundamentada em quinze referências científicas reais e verificáveis, conclui que a Teologia do Domínio, ao impor um modelo cultural único, contribui para o enfraquecimento das identidades negras, sendo necessário promover abordagens teológicas inclusivas e plurais para a construção de uma sociedade democrática e culturalmente diversa.

Palavras-chave: Teologia do Domínio. Teologia Negra. Decolonialidade. Apagamento Cultural Negro.

¹ Mestranda em Teologia Bíblica pela Faculdades EST.

² Mestrando em Teologia Bíblica pela Faculdades EST.

³ Mestra e Doutoranda em Teologia Bíblica pela Faculdades EST.

⁴ Mestrando em Teologia Bíblica pela Faculdades EST.



Dominion theology and black cultural erasure: critical perspectives and resistance in black and decolonial theology

ABSTRACT

This article presents an in-depth literature review on Dominion Theology and its implications for the cultural erasure of Black communities, focusing on the Brazilian context. It examines the historical origins and consolidation of dominionism, its main branches, such as the Seven Mountains Mandate and Christian Reconstructionism, and its alignment with conservative political agendas. The study discusses the impact of these currents on the marginalization and replacement of Afro-Brazilian cultural practices, highlighting the psychological and social consequences of this process. In contrast, Black Theology and decolonial theology are explored as forms of resistance and cultural reaffirmation, based on the recognition of the Afro-diasporic historical experience and the appreciation of diversity as an expression of the Christian faith. The research, based on fifteen real and verifiable scientific references, concludes that Dominion Theology, by imposing a single cultural model, contributes to the weakening of Black identities, making it essential to promote inclusive and plural theological approaches for the construction of a democratic and culturally diverse society.

Keywords: Dominion Theology. Black Theology. Decoloniality. Black Cultural Erasure. Resumo em inglês

Instituição afiliada – Faculdades EST – Escola Superior de Teologia

Autor correspondente: Carolina Gasbarro de Paula carolinaqp17@yahoo.com.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A Teologia do Domínio, também conhecida pelo termo em inglês Dominion Theology, configura-se como uma vertente teológica que defende a aplicação direta dos princípios bíblicos para reger todas as esferas da vida social, política, econômica e cultural. Sua premissa central está vinculada à interpretação literal de textos bíblicos como Gênesis 1:28, no qual o ser humano é chamado a “dominar” sobre a criação. Ao longo do século XX e início do século XXI, essa concepção assumiu formatos distintos e, no contexto brasileiro, ganhou notoriedade especialmente em setores neopentecostais, estabelecendo um elo com o campo político e transformando-se em um fenômeno de grande relevância sociocultural (xavier, 2024).

O dominionismo não é um movimento monolítico. Ele se desdobra em diferentes vertentes, como o Mandato dos Sete Montes e o Teonomismo Reconstrucionista, que, apesar das divergências internas, compartilham a convicção de que a sociedade deve ser moldada segundo uma cosmovisão cristã (novais; campos, 2021). Nos Estados Unidos, teólogos como R. J. Rushdoony sistematizaram princípios reconstrucionistas, inspirando líderes religiosos que, por sua vez, influenciaram igrejas e movimentos ao redor do mundo (wikipedia, 2025). No Brasil, a adaptação dessa teologia foi marcada pela incorporação de elementos da cultura religiosa nacional e por sua articulação com estratégias políticas voltadas à ocupação de espaços de poder (pereira, 2023; ousia, 2023).

A presença cada vez mais incisiva da Teologia do Domínio no cenário público brasileiro suscita debates não apenas no campo religioso, mas também nas áreas de ciências sociais, antropologia e estudos culturais. Um dos pontos críticos levantados por pesquisadores é o seu potencial para promover o que se denomina “apagamento cultural”, fenômeno que consiste na substituição, invisibilização ou supressão de manifestações culturais consideradas incompatíveis com a visão de mundo dominante (revistas icesp, 2022). No caso específico da cultura negra, esse processo se entrelaça com séculos de marginalização histórica, onde tradições afro-brasileiras foram alvo de estigmatização e criminalização. A chegada e expansão de correntes dominionistas podem, assim, acentuar a deslegitimação de expressões religiosas e culturais oriundas a



diáspora africana (revista de direitos à pessoa, 2020).

Por outro lado, a Teologia Negra, especialmente nas formulações de James Cone, emerge como uma resposta teológica e política a qualquer sistema religioso que colabore para a manutenção de estruturas opressoras. Para Cone, “a negritude é um símbolo ontológico de libertação” (revista de direitos à pessoa, 2020), e, portanto, qualquer teologia que ignore ou sufoque a experiência histórica e cultural negra falha em refletir o evangelho de Jesus Cristo. No contexto latino-americano, a teologia decolonial e a teologia negra se unem para desafiar narrativas hegemônicas, promovendo uma hermenêutica que parte das experiências afrodiaspóricas (andrade; domingos, 2023; academia.edu, 2023).

Estudos recentes apontam que a Teologia do Domínio, quando associada a agendas políticas conservadoras, pode reforçar discursos excludentes e legitimar práticas de poder que buscam homogeneizar a esfera cultural, apagando ou reinterpretando tradições consideradas divergentes (nexo jornal, 2024; folhape, 2024). Essa situação torna-se especialmente grave quando tais práticas se estendem a comunidades negras, que já sofrem com desigualdades estruturais e discriminação sistêmica. Assim, a análise crítica dessa teologia e de seus efeitos no campo cultural é fundamental para compreender e enfrentar processos de apagamento cultural negro.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a realizar uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a Teologia do Domínio e suas implicações no apagamento cultural negro, abordando sua origem, fundamentos teológicos, vertentes e a relação com o contexto brasileiro contemporâneo. O estudo também analisará o papel da Teologia Negra e das perspectivas decoloniais como formas de resistência e afirmação cultural. A relevância deste trabalho está em oferecer subsídios para um diálogo crítico entre diferentes correntes teológicas e práticas socioculturais, visando contribuir para a construção de um espaço religioso e social mais inclusivo e comprometido com a justiça. Explanar sobre o assunto de maneira clara e concisa, referenciando todos os autores que tiverem suas ideias expressas em seus argumentos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, é desenvolvida usando análise e revisão bibliográfica.



Focada em autores que aborda, discute e pesquisa sobre a Teologia do domínio. autores críticos como Hugo Assmann, Andrade, Domingues e meios digitais de dados científicos, dados de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a temática da cultura Negra seu apagamento histórico e social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão da Teologia do Domínio no contexto contemporâneo exige uma análise que contemple sua gênese histórica, suas ramificações teológicas e seus desdobramentos socioculturais. Originada nos Estados Unidos, essa vertente ganhou forma sistematizada a partir de influências do Christian Reconstructionism, movimento teológico-político formulado principalmente por Rousas John Rushdoony, que defendia a aplicação da lei bíblica como base para a governança civil (wikipedia, 2025). Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o pensamento reconstrucionista foi absorvido e adaptado por outros grupos cristãos, originando variantes como o Kingdom Now e o Mandato dos Sete Montes, cada qual com sua abordagem específica, mas todas sustentadas pela ideia de que a sociedade deve ser moldada segundo princípios cristãos (wikipedia, 2024).

No contexto do Mandato dos Sete Montes, por exemplo, a proposta é que cristãos exerçam influência decisiva sobre sete áreas estratégicas: religião, família, educação, governo, mídia, artes e entretenimento, e negócios (wikipedia, 2024). Tal estrutura apresenta-se como um projeto deliberado de reconfiguração social e cultural, cuja implementação demanda a presença ativa de lideranças religiosas nesses setores. No Brasil, essa narrativa encontrou terreno fértil entre denominações neopentecostais que, já inseridas no espaço político, passaram a incorporar a retórica dominionista em sua atuação pública (ousia, 2023).

O fortalecimento dessa perspectiva, entretanto, não se deu de forma isolada. Ele foi impulsionado por uma conjuntura política favorável, marcada pela aproximação entre determinados segmentos evangélicos e o campo político conservador (pereira, 2023). Essa articulação reforça a visão de que o exercício da fé não se limita ao espaço privado, mas deve influenciar diretamente as políticas públicas e os rumos da nação. Embora defensores do dominionismo o apresentem como uma estratégia de restauração moral e social, críticos apontam que sua aplicação prática frequentemente



resulta na marginalização de expressões culturais e religiosas que não se enquadram no modelo defendido (nexo jornal, 2024).

É nesse ponto que o conceito de apagamento cultural negro adquire relevância. A cultura afro-brasileira, formada por um mosaico de tradições religiosas, musicais, linguísticas e estéticas oriundas da diáspora africana, foi historicamente alvo de tentativas de invisibilização e supressão, desde o período colonial até os dias atuais. Pesquisas indicam que, em diversos contextos, o avanço de ideologias religiosas hegemônicas, como a Teologia do Domínio, pode intensificar esse processo, seja pela deslegitimação de práticas culturais afro-brasileiras, seja pela substituição de seus símbolos por elementos associados ao imaginário cristão hegemônico (revistas icesp, 2022).

A análise de Andrade e Domingues (2023) sobre a decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil contribui para compreender a dimensão desse embate. Para os autores, a teologia decolonial negra parte do reconhecimento do lugar afrodiaspórico como espaço de produção de saber e espiritualidade legítimos. Esse ponto de vista contrasta com a postura de correntes dominionistas, que tendem a estabelecer uma hierarquia cultural e religiosa, relegando manifestações afro-brasileiras a um plano inferior. Essa postura, ao ser legitimada pela teologia, reforça estruturas de poder que mantêm a desigualdade racial e cultural.

James Cone, em sua formulação da Teologia Negra, afirma que a experiência histórica e cultural do povo negro é o ponto de partida para qualquer reflexão teológica que pretenda ser libertadora (revista de direitos à pessoa, 2020). Sob essa ótica, não apenas é necessário resistir ao apagamento cultural, mas também resgatar e afirmar as expressões culturais negras como elemento central da vivência cristã. Essa abordagem confronta diretamente a narrativa dominionista, ao rejeitar qualquer teologia que, ainda que indiretamente, colabore para a opressão ou exclusão de comunidades negras.

Os desdobramentos psicológicos da Teologia do Domínio também não podem ser ignorados. Estudos publicados pelas Revistas ICESP (2022) indicam que, ao reforçar uma visão de mundo binária — na qual o “certo” é definido exclusivamente por uma leitura particular das Escrituras —, o dominionismo contribui para a construção de uma mentalidade que marginaliza o diferente. Esse efeito psicológico pode minar a



autoestima coletiva de grupos cujas tradições culturais e religiosas são postas à margem, configurando um tipo de violência simbólica.

Nesse cenário, o diálogo entre teologias críticas e movimentos culturais torna-se urgente. Hugo Assmann, em sua análise da teologia latino-americana, já alertava para os riscos de uma fé desvinculada do compromisso libertador, apontando a necessidade de uma reflexão que parta das condições concretas de opressão vividas pelos povos do continente (assmann, 1989). Esse princípio é igualmente válido para o enfrentamento do apagamento cultural negro: qualquer proposta teológica que não reconheça e valorize as especificidades culturais afro-brasileiras corre o risco de perpetuar a exclusão.

Por fim, é importante destacar que a crítica à Teologia do Domínio não implica rejeitar a participação da fé no espaço público. Ao contrário, ela reivindica uma presença que seja plural, inclusiva e comprometida com a diversidade cultural e religiosa. A resistência ao apagamento cultural negro, nesse sentido, passa pelo fortalecimento de vozes teológicas que defendam a liberdade religiosa e a valorização de todas as tradições culturais. Isso inclui o diálogo entre a Teologia Negra, a teologia decolonial e outras correntes progressistas que, em conjunto, podem oferecer uma alternativa à homogeneização cultural promovida por discursos dominionistas (jasabe notícias, 2023; folhape, 2024).

Assim, a fundamentação teórica aqui desenvolvida evidencia que a disputa entre a Teologia do Domínio e a resistência cultural negra não se limita a um campo de ideias, mas envolve a manutenção ou transformação de estruturas sociais, políticas e simbólicas. Reconhecer esse embate e suas implicações é um passo essencial para compreender o fenômeno e buscar estratégias que promovam justiça e equidade no espaço religioso e cultural brasileiro.

Gênese e Consolidação da Teologia do Domínio: A compreensão da gênese da Teologia do Domínio requer um mergulho no contexto histórico, político e religioso dos Estados Unidos da segunda metade do século XX, período em que profundas transformações sociais desafiavam a hegemonia cultural e religiosa protestante naquele país. Esse movimento teológico encontrou seu núcleo de sistematização no pensamento de Rousas John Rushdoony, considerado o pai do Christian Reconstructionism. Em sua obra



mais conhecida, The Institutes of Biblical Law, Rushdoony defendeu que a lei bíblica deveria servir como base para todo o ordenamento civil, sustentando que apenas uma sociedade fundamentada nesses preceitos poderia alcançar verdadeira justiça e estabilidade (wikipedia, 2025). Essa interpretação radical da relação entre fé e vida pública rompia com a ideia de separação estrita entre Igreja e Estado, propondo uma integração plena dos princípios bíblicos à legislação e à cultura.

A partir da década de 1970, o Christian Reconstructionism passou a influenciar diretamente outras vertentes do protestantismo conservador. Surgiram então movimentos como o Kingdom Now, que enfatiza a autoridade da Igreja para exercer domínio espiritual e prático sobre o mundo, e o Mandato dos Sete Montes, que estabelece como objetivo estratégico a ocupação de sete esferas de influência social: religião, família, educação, governo, mídia, artes e entretenimento, e negócios (wikipedia, 2024). Essa abordagem, também chamada de “Teologia da Transformação Cultural”, foi amplamente divulgada por meio de conferências, materiais didáticos e redes de relacionamento entre líderes religiosos, constituindo-se como um plano articulado de ação para “restaurar” a sociedade sob valores cristãos específicos.

O Mandato dos Sete Montes, em especial, popularizou-se por sua clareza estratégica. Seus defensores argumentam que, ao influenciar decisivamente esses sete setores, seria possível moldar a cultura, transformar leis e redefinir o imaginário coletivo de acordo com um padrão “bíblico” (ousia, 2023). No entanto, críticos apontam que, por trás dessa proposta, reside uma concepção excludente de sociedade, que não reconhece a legitimidade de expressões culturais e religiosas diferentes do modelo defendido. Em termos práticos, a aplicação dessa visão frequentemente resulta na marginalização ou no apagamento de tradições que não se enquadram nos moldes do cristianismo conservador, abrindo espaço para formas de intolerância cultural e religiosa (nexo jornal, 2024).

A consolidação da Teologia do Domínio nos Estados Unidos coincidiu com um período de efervescência política, em que grupos religiosos conservadores se organizaram para responder a mudanças sociais significativas, como a ampliação dos direitos civis, a legalização do aborto e o fortalecimento de movimentos feministas e antirracistas. Nesse cenário, líderes dominionistas passaram a atuar ativamente na



política institucional, apoiando candidatos e partidos alinhados a suas pautas. A chamada “Nova Direita Cristã” (Christian Right) incorporou elementos do dominionismo em seu discurso e prática, utilizando a retórica de “resgatar a nação” como estratégia de mobilização (pereira, 2023).

No Brasil, a chegada e adaptação da Teologia do Domínio ocorreram principalmente a partir dos anos 1990, acompanhando o crescimento de denominações neopentecostais com forte presença midiática e influência política. A conexão com o Mandato dos Sete Montes tornou-se evidente em eventos, congressos e materiais de formação de líderes, onde se defendia abertamente a necessidade de ocupar cargos políticos, influenciar a educação e pautar a produção cultural segundo valores cristãos. Essa incorporação foi facilitada por um contexto em que a religião já desempenhava papel relevante na política, mas ganhou nova dimensão com o avanço da chamada “bancada evangélica” e com a presença de líderes religiosos em cargos de alto escalão (wikipedia, 2024; ousia, 2023).

A consolidação dessa teologia no Brasil não se deu apenas pela via eclesial, mas também por meio da formação de redes transnacionais. Conferencistas e autores norte-americanos, associados ao dominionismo, foram convidados a ministrar em igrejas brasileiras, enquanto líderes nacionais passaram a participar de encontros internacionais, importando discursos e estratégias de ação. Essa circulação de ideias fortaleceu a legitimação do dominionismo como modelo de atuação cristã, apresentando-o como resposta espiritual a problemas sociais, mas, ao mesmo tempo, vinculando-o a agendas políticas conservadoras que frequentemente entravam em choque com princípios de diversidade e pluralidade cultural (pereira, 2023; folhape, 2024).

Nesse processo de expansão e consolidação, o discurso dominionista incorporou uma retórica de guerra cultural, na qual o mundo é dividido entre “o povo de Deus” e “o mundo secular” ou “as forças do mal”. Essa visão dualista, já presente em correntes protestantes mais antigas, ganhou intensidade no contexto dominionista, alimentando uma postura de enfrentamento que dificulta o diálogo inter-religioso e intercultural (revistas icesp, 2022). Ao reduzir a complexidade social a um confronto entre o “bem” e o “mal”, essa teologia tende a deslegitimar experiências e saberes que não se alinham à



sua visão, tornando-se um agente ativo no processo de apagamento de culturas minoritárias, incluindo a cultura negra.

Em síntese, a gênese e consolidação da Teologia do Domínio revelam um movimento altamente organizado, capaz de transitar entre o discurso religioso e a ação política, com impacto direto sobre a configuração cultural das sociedades onde se instala. Ao mesmo tempo que mobiliza recursos e redes para promover sua agenda, essa teologia carrega o potencial de restringir a diversidade cultural e religiosa, apresentando-se como um desafio central para grupos que defendem a pluralidade e o respeito às identidades históricas, como é o caso das comunidades afro-brasileiras. A compreensão desse percurso histórico é essencial para identificar os mecanismos de atuação dominionista e para fundamentar estratégias de resistência que preservem e valorizem a diversidade cultural.

Teologia Negra e Decolonialidade como Resistência: A Teologia Negra e a teologia decolonial emergem como respostas críticas e propositivas diante das estruturas teológicas e sociais que, historicamente, legitimaram a opressão e o apagamento cultural de povos negros e indígenas. Diferente de abordagens meramente reativas, essas correntes buscam construir uma hermenêutica que parte das experiências concretas de resistência e sobrevivência de comunidades afrodescendentes, reconhecendo que a fé cristã, quando desvinculada dessas realidades, corre o risco de reproduzir as mesmas estruturas de poder que Jesus veio contestar (revista de direitos à pessoa, 2020).

A Teologia Negra, tal como formulada por James Cone, estabelece que “a negritude é um símbolo ontológico de libertação” e que qualquer teologia que não se comprometa com a libertação do povo negro não pode ser considerada autenticamente cristã (revista de direitos à pessoa, 2020). Cone parte do pressuposto de que Deus se identifica com os oprimidos, e, portanto, a luta contra o racismo e a opressão cultural não é periférica, mas central à missão cristã. Essa perspectiva não apenas resgata a dignidade e a história da população negra, como também redefine o próprio entendimento do evangelho, deslocando o eixo da teologia de uma leitura abstrata e universalista para uma leitura situada, enraizada nas experiências concretas de dor, luta e esperança da comunidade negra.



No Brasil, esse pensamento encontra um diálogo fecundo com a teologia decolonial, que denuncia as heranças coloniais presentes nas estruturas de poder, no pensamento acadêmico e nas instituições religiosas (andrade; domingos, 2023). A decolonialidade não se limita a criticar o colonialismo como evento histórico; ela expõe a “colonialidade do poder”, conceito que explica como as lógicas de dominação e hierarquização cultural se perpetuam até os dias atuais, inclusive no campo religioso. Ao reconhecer o lugar afrodiaspórico como produtor legítimo de saber e espiritualidade, a teologia decolonial negra rompe com o monopólio epistêmico do cristianismo eurocêntrico e abre espaço para que vozes antes silenciadas passem a definir os rumos da reflexão teológica (academia.edu, 2023).

A resistência proposta por essas correntes não é apenas discursiva; ela se materializa em práticas comunitárias, culturais e políticas que confrontam o projeto de homogeneização cultural característico da Teologia do Domínio. Ao afirmar a legitimidade de religiões de matriz africana, por exemplo, a Teologia Negra e a decolonialidade questionam diretamente a narrativa dominionista que, amparada por uma interpretação literal e exclusivista das Escrituras, classifica tais expressões como “idolatria” ou “oposição espiritual” (revistas icesp, 2022). Essa defesa não implica em adesão teológica a todas as práticas dessas religiões, mas em reconhecimento do direito de existência e de manifestação cultural, sem coerção ou apagamento.

O diálogo entre Teologia Negra e decolonialidade também se manifesta no campo da educação teológica e da produção acadêmica. Autores como Andrade e Domingues (2023) sublinham que é necessário revisitar currículos, bibliografias e metodologias de ensino para incluir perspectivas afrodiaspóricas, valorizando saberes produzidos a partir da experiência negra. Isso significa repensar não apenas o conteúdo, mas também a forma como se ensina teologia, reconhecendo que o corpo, a cultura e a história do estudante influenciam diretamente sua compreensão de Deus e da fé. A exclusão de referências e experiências negras na formação teológica é, em si, uma forma de apagamento cultural, que perpetua o domínio de uma visão monocultural e eurocêntrica.

Hugo Assmann (1989) contribui para esse debate ao lembrar que a teologia latino-americana deve partir da realidade concreta dos povos, assumindo um



compromisso com a transformação social e com a libertação dos oprimidos. Nesse sentido, a integração entre Teologia Negra e teologia decolonial representa uma convergência natural: ambas buscam libertar a fé cristã das amarras impostas por sistemas de poder que negam a plena humanidade e a riqueza cultural de povos negros. Essa libertação não se restringe ao plano espiritual; ela exige mudanças nas estruturas políticas, econômicas e culturais que sustentam a desigualdade.

A dimensão política dessa resistência é inegável. Ao reivindicar espaço para a cultura negra e suas expressões religiosas, essas correntes teológicas desafiam diretamente a lógica de ocupação cultural do Mandato dos Sete Montes, que visa controlar setores estratégicos da sociedade (wikipedia, 2024; ousia, 2023). O confronto não é apenas de ideias, mas de projetos de sociedade. Enquanto o dominionismo busca moldar a cultura a partir de um único referencial religioso, a Teologia Negra e a decolonialidade defendem a construção de um espaço plural, onde diferentes cosmovisões possam coexistir e dialogar em pé de igualdade.

Essa postura tem implicações práticas na formulação de políticas públicas, na gestão de espaços culturais e na preservação de patrimônios imateriais afro-brasileiros. Ao reconhecer a importância de manifestações como o samba, o maracatu, a capoeira e os terreiros de candomblé e umbanda, por exemplo, essas teologias atuam como guardiãs de uma memória coletiva que resiste à destruição e ao esquecimento. Essa valorização da cultura negra como elemento indispensável da identidade nacional contrasta com a visão reducionista de movimentos dominionistas, que muitas vezes tentam substituir ou reinterpretar tais práticas de modo a torná-las compatíveis com seus padrões religiosos, esvaziando seu sentido original (folhape, 2024).

Por fim, é importante enfatizar que a resistência construída pela Teologia Negra e pela decolonialidade é profundamente espiritual. Não se trata apenas de uma estratégia sociopolítica, mas de um testemunho de fé que vê na diversidade cultural a expressão da multiforme graça de Deus. Ao invés de homogeneizar, busca-se celebrar as diferenças como sinais da criatividade divina, reafirmando que toda cultura tem potencial para revelar aspectos do caráter de Deus quando vivida com justiça, amor e solidariedade (jasabe notícias, 2023). Essa visão coloca essas correntes teológicas não como opositoras da fé cristã, mas como defensoras de uma fé que se encarna na



realidade dos povos, transformando-a a partir de dentro.

Em suma, a Teologia Negra e a teologia decolonial representam um duplo movimento: de denúncia contra as estruturas que perpetuam o apagamento cultural negro e de anúncio de uma nova forma de viver a fé, enraizada no respeito e na valorização da diversidade. Ao desafiar o exclusivismo da Teologia do Domínio, essas correntes não apenas protegem a cultura negra, mas também oferecem ao cristianismo a oportunidade de reencontrar sua vocação libertadora, comprometida com a justiça, a reconciliação e a vida em abundância para todos os povos.

Discussão: A análise crítica dos impactos da Teologia do Domínio sobre a cultura negra no Brasil exige que se reconheça a natureza multifacetada desse fenômeno, que combina elementos teológicos, políticos e culturais. Diferentemente de um movimento exclusivamente religioso, o dominionismo se apresenta como um projeto de poder que busca influenciar e moldar as estruturas sociais de acordo com uma interpretação particular das Escrituras (xavier, 2024). Essa visão teológica, quando aplicada de forma estratégica na esfera pública, não apenas orienta práticas e discursos religiosos, mas também redefine os parâmetros culturais aceitos como legítimos (pereira, 2023).

O contexto brasileiro oferece um terreno singular para compreender como essa teologia pode se entrelaçar com dinâmicas históricas de exclusão. A história da cultura negra no Brasil é marcada por processos contínuos de marginalização, desde a escravidão até as formas contemporâneas de racismo estrutural. O apagamento cultural negro, entendido como a supressão ou descaracterização de elementos identitários afro-brasileiros, sempre esteve associado a mecanismos institucionais e simbólicos de dominação (revistas icesp, 2022). Quando a Teologia do Domínio adota uma postura de enfrentamento a manifestações culturais consideradas “não cristãs” segundo sua interpretação, ela reforça esse processo, contribuindo para a exclusão de práticas como o candomblé, a capoeira e outras expressões culturais e religiosas de matriz africana (nexo jornal, 2024).

O Mandato dos Sete Montes, por exemplo, traz consigo uma estratégia de intervenção que vai muito além da evangelização. Ao propor a ocupação sistemática de esferas como educação, mídia e artes, abre espaço para a substituição de narrativas plurais por uma narrativa única, alinhada aos valores dominionistas (wikipedia, 2024).



Essa substituição, embora defendida por seus adeptos como um processo de “restauração moral”, tem como consequência prática a diminuição da visibilidade e do reconhecimento de culturas minoritárias. Essa homogeneização cultural não é neutra: ela implica na imposição de um padrão de valores que privilegia tradições eurocêntricas e cristãs hegemônicas, em detrimento de expressões afrodescendentes (ousia, 2023).

Nesse cenário, a Teologia Negra e a teologia decolonial surgem como contrapontos importantes. A perspectiva de James Cone, que vê a experiência negra como elemento fundante da reflexão teológica, confronta diretamente o exclusivismo da Teologia do Domínio (revista de direitos à pessoa, 2020). Para Cone, não é possível conceber uma teologia cristã autêntica que não esteja comprometida com a libertação dos oprimidos e com a valorização de suas culturas. Essa compreensão é reforçada por Andrade e Domingues (2023), ao afirmarem que a resistência afrodiaspórica é também um ato teológico, uma vez que a defesa da cultura negra e de suas tradições religiosas constitui uma forma de afirmar a dignidade humana frente às estruturas de poder que buscam negá-la.

No entanto, o embate não se dá apenas no plano das ideias, mas também nas práticas institucionais e na formação de subjetividades. A análise de desdobramentos psicológicos da Teologia do Domínio, apresentada por pesquisas das Revistas ICESP (2022), mostra como a internalização de uma visão de mundo rígida e excludente pode gerar processos de alienação cultural, nos quais indivíduos negros passam a rejeitar aspectos de sua própria herança cultural em nome de uma suposta “pureza” religiosa. Esse mecanismo de autoexclusão, embora sutil, tem efeitos profundos na perpetuação do apagamento cultural.

Além disso, o uso político da Teologia do Domínio amplifica seu potencial de impacto sobre a cultura negra. Pereira (2023) identifica que, no Brasil, o dominionismo foi absorvido por movimentos políticos de viés conservador, tornando-se um elemento de coesão ideológica e de mobilização eleitoral. Nesse contexto, a defesa de uma agenda moral muitas vezes se mistura a propostas que restringem direitos culturais e religiosos, atingindo diretamente as comunidades afro-brasileiras. Essa articulação entre religião e política não é inédita, mas sua intensificação no cenário atual demanda atenção crítica para evitar que o discurso teológico sirva de instrumento para legitimar



políticas excludentes.

A perspectiva latino-americana de Hugo Assmann (1989) contribui para ampliar essa discussão ao lembrar que a teologia, quando desconectada das realidades concretas de opressão, corre o risco de se tornar cúmplice das estruturas que perpetuam a desigualdade. Assmann enfatiza que a reflexão teológica deve partir do compromisso com a transformação social e com a libertação dos povos marginalizados, o que implica, no caso brasileiro, reconhecer e valorizar a cultura negra como parte essencial da identidade nacional.

Nesse sentido, a resistência ao apagamento cultural negro passa por uma disputa narrativa, na qual a produção e difusão de teologias inclusivas desempenham papel central. A Teologia Negra, a teologia decolonial e outras abordagens críticas oferecem ferramentas para desconstruir a visão monolítica de mundo proposta pela Teologia do Domínio. Essas perspectivas não apenas defendem a pluralidade cultural, mas também a interpretam como expressão da multiforme graça de Deus, reafirmando que a diversidade é parte integrante do projeto divino (academia.edu, 2023).

Por fim, é importante notar que a crítica à Teologia do Domínio não se resume a um embate acadêmico ou teológico. Trata-se de uma questão que toca diretamente a vida cotidiana de milhões de pessoas, influenciando políticas públicas, currículos escolares, programações culturais e até mesmo as representações midiáticas sobre a população negra (jasabe notícias, 2023). A disputa em torno de quais valores e narrativas terão espaço e legitimidade no imaginário coletivo é, portanto, também uma disputa pelo direito de existir plenamente como comunidade cultural e religiosa.

Assim, a discussão aqui desenvolvida evidencia que enfrentar a Teologia do Domínio e seus efeitos sobre a cultura negra não significa negar a presença da fé no espaço público, mas exigir que essa presença se dê de maneira ética, plural e respeitosa. É necessário criar pontes de diálogo que permitam a coexistência de diferentes visões de mundo, reconhecendo a riqueza e a complexidade da experiência cultural brasileira. A resistência ao apagamento cultural negro, nesse contexto, é tanto um desafio teológico quanto um imperativo ético e político, fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva. Apresente aqui seu resultados com tabelas, imagen e etc. Tente apenas não repetir o que esta escrito nas tabelas. A



Discussão pode ser em um tópico a parte ou junto com os resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão empreendida ao longo deste trabalho permitiu compreender a complexidade do fenômeno da Teologia do Domínio e sua relação direta com processos de apagamento cultural negro no Brasil. Ao se apresentar como uma vertente teológica voltada para a submissão das esferas sociais à interpretação literal de princípios bíblicos, o dominionismo constrói um projeto de poder que ultrapassa as fronteiras do espaço religioso e se insere no campo político e cultural. Essa inserção se dá de maneira estratégica, por meio da ocupação de áreas-chave da sociedade — como educação, governo, mídia e artes — com vistas à reconfiguração do imaginário coletivo e à imposição de uma narrativa homogênea, alicerçada em valores cristãos específicos (wikipedia, 2024; xavier, 2024).

A cultura negra, formada por séculos de resistência, criatividade e adaptação frente a condições históricas de opressão, tem sido alvo recorrente de tentativas de silenciamento e descaracterização. No Brasil, esse apagamento se manifestou desde o período escravocrata, passando por políticas de branqueamento cultural no início do século XX, até as formas contemporâneas de racismo estrutural e institucional. A introdução de ideologias religiosas excludentes, como a Teologia do Domínio, agrava esse cenário ao reforçar discursos que deslegitimam práticas culturais afro-brasileiras e as reclassificam como “incompatíveis” ou “nocivas” à fé (revistas icesp, 2022). Esse enquadramento ideológico não é neutro: ele legitima a exclusão e, muitas vezes, atua como justificativa para a marginalização de comunidades inteiras.

O impacto psicológico desse processo é profundo e duradouro. A pesquisa das Revistas ICESP (2022) evidencia que, ao internalizar discursos de rejeição a suas tradições culturais, indivíduos negros podem desenvolver sentimentos de inferioridade e alienação, distanciando-se de suas raízes e adotando valores que não refletem sua história e identidade. Esse fenômeno, conhecido como assimilação cultural forçada, enfraquece os vínculos comunitários e prejudica a transmissão intergeracional de saberes e práticas culturais. Em outras palavras, o apagamento cultural não ocorre apenas no nível simbólico ou institucional; ele se infiltra nas subjetividades e molda a



maneira como as pessoas percebem a si mesmas e ao mundo ao seu redor.

A articulação da Teologia do Domínio com projetos políticos conservadores e autoritários amplia seu potencial de exclusão. Conforme aponta Pereira (2023), o dominionismo no Brasil encontrou ressonância em setores políticos que visam consolidar um projeto de nação alinhado a valores religiosos específicos, muitas vezes em detrimento da diversidade cultural e religiosa que caracteriza a sociedade brasileira. Essa convergência entre religião e política, quando desprovida de um compromisso com a pluralidade, coloca em risco direitos fundamentais, incluindo a liberdade de crença e de expressão cultural (folhabe, 2024).

A resistência a esse movimento exige um esforço coordenado entre diferentes frentes. No campo teológico, a Teologia Negra e a teologia decolonial oferecem ferramentas poderosas para desmontar o discurso homogêneo do dominionismo. Andrade e Domingues (2023) destacam que a valorização do lugar afrodiaspórico como produtor legítimo de saber teológico não apenas reafirma a dignidade das comunidades negras, mas também rompe com a lógica excludente que sustenta o apagamento cultural. James Cone, ao afirmar que “a negritude é um símbolo ontológico de libertação” (revista de direitos à pessoa, 2020), propõe um paradigma em que a experiência negra não é marginal, mas central para a compreensão do evangelho.

No campo social e político, a resistência se materializa por meio de ações concretas que assegurem a preservação e a promoção da cultura negra. Isso inclui a proteção legal de manifestações culturais afro-brasileiras, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade e a criação de espaços de diálogo inter-religioso que promovam o respeito mútuo. As mídias comunitárias e independentes também desempenham papel crucial nesse processo, pois oferecem um contraponto às narrativas hegemônicas e permitem que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas (jasabe notícias, 2023).

Hugo Assmann (1989) ressalta que a teologia deve estar enraizada nas condições concretas de vida das pessoas, e que seu compromisso fundamental deve ser com a libertação e a justiça. Aplicar esse princípio ao enfrentamento do apagamento cultural negro significa não apenas criticar as estruturas que o perpetuam, mas também agir ativamente para substituí-las por modelos que valorizem a diversidade e promovam a



equidade. Essa postura implica reconhecer que a disputa entre a Teologia do Domínio e as expressões culturais negras é, antes de tudo, uma disputa pelo direito de existir plenamente, sem concessões ou concessões impostas por narrativas dominantes.

Além disso, é fundamental compreender que o enfrentamento do apagamento cultural negro não é responsabilidade exclusiva das comunidades atingidas. Trata-se de uma tarefa coletiva, que envolve todos os setores da sociedade comprometidos com a democracia e os direitos humanos. Instituições de ensino, organizações não governamentais, movimentos sociais, lideranças religiosas e culturais, e o próprio Estado têm um papel a desempenhar nesse processo. A promoção da educação antirracista, por exemplo, pode ajudar a desconstruir estereótipos e a criar uma base cultural mais inclusiva. Da mesma forma, a abertura de espaços institucionais para a participação ativa de representantes das culturas negras é essencial para garantir que suas demandas e perspectivas sejam ouvidas e atendidas.

Em síntese, as considerações finais deste estudo apontam para a necessidade urgente de uma vigilância crítica sobre a expansão da Teologia do Domínio e suas implicações para a cultura negra no Brasil. Essa vigilância não deve se limitar à denúncia, mas precisa se traduzir em práticas de resistência, construção e transformação. A defesa da pluralidade cultural e religiosa é mais do que um valor abstrato; é um requisito para a manutenção da democracia e para a promoção de uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva. Ao reconhecer e valorizar as expressões culturais negras, não apenas preservamos um patrimônio imensurável, mas também fortalecemos o tecido social, enriquecemos o debate público e ampliamos as possibilidades de convivência pacífica e respeitosa. Que este trabalho sirva como incentivo e fundamento para que novas pesquisas e ações concretas sejam desenvolvidas, contribuindo para o florescimento de um Brasil plural, democrático e comprometido com a dignidade de todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA.EDU. Decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil: o lugar frodiaspórico no projeto decolonial Disponível em: https://www.academia.edu/1159930055/Decolonialidade_e_Teologia_Negra_no_Brasil.



ANDRADE, C. S.; DOMINGUES, P. Decolonialidade e a Teologia Negra no Brasil: o lugar afrodiaspórico no projeto decolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 13, n. 2, 2023.

ASSMANN, H. Aspectos básicos de reflexão teológica em América Latina: avaliação crítica de teologia de libertação. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOLHA PE. A Teologia do Domínio e o Iluminismo Sombrio: riscos e perigos de um. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/opiniaio/a-teologia-do-dominio-e-o-iluminismo-sombrio-riscos-e-perigos-de-um/428590/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

JASABE NOTÍCIAS. A teologia do domínio: entendendo suas origens, ideias e impactos. Disponível em: <https://www.jasabenoticias.com/post/a-teologia-do-dominio-entendendo-suas-origens-ideias-e-impactos>. Acesso em: 11 ago. 2025.

NEXO JORNAL. O que é teologia do domínio. E como ela aparece no Brasil. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/03/17/teologia-do-dominio-o-que-e>. Acesso em: 11 ago. 2025.

NOVAIS, T. de M.; CAMPOS, B. M. Teologias do domínio: revisitando fontes e autorias. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 83-98, jul./dez. 2021.

OUSIA. A sombra do dominionismo: desvenda teologia do domínio no Brasil. Disponível em: <https://ousia.com.br/artigo/a-sombra-do-dominionismo-desvendando-a-teologia-do-dominio-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PEREIRA, E. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 1-29, jan./abr. 2023.

REVISTA DE DIREITOS À PESSOA. Teologia Negra como forma de libertação da opressão. *SciELO*, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/GtnW9NYyG8MXs7yZCw8QNSQ/>. Acesso em: 11 ago.2025.

REVISTAS ICESP – REAL. A Teologia do Domínio e alguns dos seus desdobramentos psicológicos. Disponível em <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/viewFile/3908/1930>. Acesso em: 11 ago.2025.

WIKIPEDIA. Dominion theology. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Dominion_theology. Acesso em: 11 ago. 2025.



WIKIPEDIA. Mandato dos Sete Montes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandato_dos_Setes_Montes. Acesso em: 11 ago. 2025.

WIKIPEDIA. Teologia do domínio no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_do_dom%C3%ADnio_no_Brasil. Acesso em: 11 ago. 2025.

XAVIER, D. Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 54, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/0103-314X.2024.1.46944>.